

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

BDMG e Prefeitura fecharam acordo para o Fundo de Investimento Imobiliário

Acordo entre as partes foi assinado recentemente e negócio ainda está em fase análise da viabilidade

JULIANA SIQUEIRA

A Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) firmaram um acordo de confidencialidade para o começo da estruturação de um Fundo de Investimento Imobiliário, na última quinta-feira (16).

A Cohab conta, atualmente, com mais de 2,1 mil imóveis, o equivalente a R\$ 350 milhões distribuídos em terrenos dos mais diferentes tamanhos, além de várias construções tanto comerciais quanto residenciais.

Conforme destaca o presidente da Cohab, Bruno Oliveira Alencar, esse é o primeiro passo para a concretização do negócio, já que o processo está em fase de entendimento de viabilidade, por meio das análises internas do BDMG. A previsão é a de que no segundo semestre deste ano sejam feitas as primeiras entregas.

O presidente ressalta que a Cohab tem se deparado com uma infinidade de ativos, patrimônios e bens que poderiam estar sendo utilizados de uma forma melhor. Ele conta que foram estudadas opções para dar destinação a imóveis que não têm liquidez, que o mercado não consegue absorver de forma direta.

Bruno Oliveira Alencar cita como exemplo um terreno industrial de 1,5 milhão de metros quadrados, avaliado em mais de R\$ 70 milhões. "Quem compraria hoje? Está há cerca de 30 anos parado", diz.

Conforme frisa o presidente da Cohab, o Estado, por meio da companhia, está com ativos parados, perdendo dinheiro, enquanto que com

Bird pode ofertar até US\$ 160 bi

Brasil - O presidente do Banco Mundial (Bird), David Malpass, anunciou na sexta-feira (17) que a instituição é capaz de fornecer US\$ 160 bilhões em financiamento nos próximos 15 meses, para o enfrentamento da crise econômica gerada pelo novo coronavírus (Covid-19).

Em nota, o banco afirmou que o programa é baseado em três pilares: proteger os mais pobres e vulneráveis; apoiar os negócios e salvar empregos; e ajudar os países em desenvolvimento a implementar medidas emergenciais de saúde e fortalecer a resiliência econômica.

"Além dos impactos da pandemia do Covid-19 na saúde, esperamos uma grande recessão global. Nossas estimativas sugerem uma desaceleração global muito mais profunda do que a grande recessão (iniciada em 1929), dados os declínios na produção, investimento, emprego e comércio", disse, em comunicado à imprensa.

Malpass destacou, também, que enquanto os trágicos impactos da pandemia estão sendo sentidos globalmente, a crise deve atingir os mais pobres e os países mais vulneráveis.

o Fundo de Investimento Imobiliário poderá fazer um caixa para uma nova política habitacional ser implementada.

"Passa gerações e o imóvel está lá. Decidimos enfrentar essa questão. Existe um contexto muito favorável para isso. Antes da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), os investidores vinham buscando muito os fundos imobiliários, que são uns dos melhores para investimentos", analisa.

Além disso, ao destravar o imóvel, tendo mais terra disponível, mais disputa de mercado e consequentemente redução de custos.

Com a rentabilidade que espera conseguir na nova operação, o órgão, segundo o presidente, além de investir

no caixa para a nova política habitacional, também prevê quitar as suas dívidas. "Recebemos aproximadamente R\$ 140 milhões em dívidas", relata.

On-line. Mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o governo de Minas Gerais está mantendo a sua agenda em andamento. O acordo de confidencialidade foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A reunião foi realizada por videoconferência.

O evento virtual também teve a participação do presidente da Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (Indi), Thiago Toscano, que conduz a agenda de desestatização de Minas Gerais.



Fundo de investimento do BDMG e da Cohab poderá gerar caixa para a política habitacional no Estado

Em material enviado para a imprensa, ele afirmou que "Esse acordo foi o primeiro passo dentro de um projeto bem mais amplo para a

Cohab. Muito antes de assumir a desestatização, tive a oportunidade de ajudar a atual gestão da companhia em sua modelagem. Agora

que assumi formalmente essa agenda, espero colaborar ainda mais para a concretização desse projeto", afirma Toscano.

FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL - FMF - CNPJ nº 17.405.747/0001-22

Caros Amigos, A temporada 2019 nos apresentou com grandes desafios na administração do Futebol Mineiro. Diante das novidades e particularidades do calendário nacional, desenvolvemos nosso trabalho com afinco, visando nos adaptar à este novo cenário, com o objetivo de manter o Futebol Mineiro no seu devido destaque que sempre ocupou no cenário nacional. Em nosso campeonato Mineiro SICOOB - Módulo 1, a implantação do VAR (video assistant referee), mostrou que o uso da tecnologia é um caminho sem volta e que deve ser trilhado por outros campeonatos do futebol brasileiro. O futebol Amador também teve dois anos áureos da sua história, de acordo com proposta da entidade: fomentar o futebol em Minas Gerais, respeitando nossa origem e nossa tradição. A realização do 1º Campeonato Mineiro de Futebol Amador realizou, para nós, mais do que um sucesso, foi uma oportunidade de nos apresentarmos aos nossos associados e torcedores.

Table with financial data: BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$ 1), DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT (Em R\$ 1), DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em R\$ 1). Columns include Nota, 31.12.19, 31.12.18, and various financial categories like Receitas Operacionais, Despesas Operacionais, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2019 (Em reais)

1. Contexto Operacional: A Federação Mineira de Futebol, constituída em 30/04/1912, tem sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, sendo uma entidade estadual de natureza desportiva, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, gozando, nos termos do artigo 217, inciso I, da Constituição Federal, de personalidade jurídica própria quanto à sua organização e funcionamento, regida pelas normas legais do país e regidas desportivamente vigentes. Seu principal objetivo é administrar, dirigir, fomentar, difundir, incentivar e fiscalizar, de acordo com a competência legal, a prática de atividades físicas e profissionais em modalidades desportivas, em especial, o futebol, no âmbito estadual. Além disso, é também o de promover campanhas educacionais, principalmente para a juventude, incentivando a elaboração de projetos que busquem instituir escolas de futebol em favor da comunidade carente, a luz, de suas finalidades, bem como na organização, na administração, na divulgação e parcerias com quaisquer entidades, públicas ou privadas, quando viável, podendo receber numerários e recursos em geral. O patrimônio da Federação é formado por bens móveis e imóveis adquiridos sob qualquer título, títulos, troféus e prêmios que são insuscetíveis de alienação, fundos existentes ou bens resultantes de sua inversão e doações. A Federação não tem por objetivo a geração de lucros, devendo aplicar seus recursos e recursos financeiros na realização de suas finalidades, bem como na organização, na administração, na divulgação e o fomento do futebol. Dessa forma, a Federação preenche os requisitos legais ao reconhecimento de sua isenção tributária junto à União, Estado e Municípios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na ITC 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucro, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na ITC 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucro, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na ITC 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucro, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, e nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Caixa e Equivalentes: Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos, contados da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante contábil de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo decorrentes do exercício do negócio, sendo os ganhos ou perdas registrados no resultado do exercício.

4. Avaliação de ativos e passivos: A avaliação dos ativos e passivos é realizada com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A avaliação dos ativos e passivos é realizada com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A avaliação dos ativos e passivos é realizada com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como redução do saldo de contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, considerando o risco individual dos créditos. Vida útil do ativo imobilizado: A depreciação do ativo imobilizado é calculada com base no método de depreciação linear, considerando a vida útil estimada do ativo e o valor residual estimado.

6. Provisão para processos judiciais: A revisão dessas estimativas de vida útil e de provisão para processos judiciais é realizada com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A revisão dessas estimativas de vida útil e de provisão para processos judiciais é realizada com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

7. Obrigações Tributárias - Parcelamento: O parcelamento em prestações mensais de curto prazo de impostos e taxas é realizado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. O parcelamento em prestações mensais de curto prazo de impostos e taxas é realizado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

8. Responsabilidades da Administração e da Governança: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas obrigações decorrentes da legislação aplicável. O Conselho de Administração é responsável pela supervisão e controle da administração da Federação.

9. Outras informações: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Table with financial data: DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT (Em R\$ 1), DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em R\$ 1). Columns include Nota, 31.12.19, 31.12.18, and various financial categories like Receitas Operacionais, Despesas Operacionais, etc.